

Roberto Pereira da Silva*

Universidade Federal de Alfenas
Varginha, Minas Gerais, Brasil



Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961) de Celso Furtado: formulação teórica e análise histórica


Recebido em: 16 jun. 2023

Aprovado em: 12 nov. 2023

Publicado em: 05 jul. 2024

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.18.34-1>

* Professor Adjunto da Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Doutor em História Econômica e graduado em História pela Universidade de São Paulo; Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: robertopereirasilva@outlook.com

 <http://lattes.cnpq.br/3297278885331709>

 <https://orcid.org/0000-0002-8194-5086>

Resumo

O artigo revisita o livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), de Celso Furtado, buscando recuperar as principais propostas apresentadas a respeito da teoria do subdesenvolvimento e interpretando-as como baseadas na junção entre teoria e análise histórica. Para tanto, reexaminamos as principais propostas do livro, procurando as interpretar como resultado um duplo movimento de formulação teórica e análise histórica, o que nos permite, ao final, classificar o livro como complementar, em termos metodológicos, de *Formação Econômica do Brasil* (1958).

Palavras-chave: Celso Furtado. História do Pensamento Econômico. Desenvolvimento Econômico.

Classificação JEL: B20, B31, O10.

Roberto Pereira da Silva*

Federal University of Alfenas

Varginha, Minas Gerais, Brazil



Development and Underdevelopment (1961) by Celso Furtado: theoretical formulation and historical analysis

Received: 13th June 2022

Approved: 12th Nov. 2023

Published: 05th July 2024.

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.18.34-1>

* Professor at the Federal University of Alfenas, Institute of Applied Social Sciences. PhD in Economic History and BA in History from the University of São Paulo; MSc in Economic Development from the State University of Campinas. Email: robertopereirasilva@outlook.com

 <http://lattes.cnpq.br/3297278885331709>

 <https://orcid.org/0000-0002-8194-5086>

Abstract

The article reexamines Celso Furtado's book "Development and Underdevelopment" [Desenvolvimento e Subdesenvolvimento] (1961), seeking to recover the main proposals presented regarding the theory of underdevelopment and interpreting them as based on the combination of theory and historical analysis. To do so, we re-examine the main proposals of the book, seeking to interpret them as a result of a double movement of theoretical formulation and historical analysis, which allows us, in the end, to classify the book as complementary, in methodological terms, to "Economic Formation of Brazil" [Formação Econômica do Brasil] (1958).

Keywords: Celso Furtado. History of Economic Thought. Economic Development.

JEL Classification: B20, B31, O10.

Introdução

As comemorações dos 60 anos de *Formação econômica do Brasil*, em 2019 e do centenário de nascimento de Celso Furtado, em 2020, foram ocasiões para uma ampliação de estudos sobre sua obra. De importância inegável para as ciências sociais e fonte ainda não exaurida de inspiração para (re)leituras sobre o passado econômico brasileiro, *Formação* pode ter ofuscado o livro seguinte de Celso Furtado, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Publicado em 1961 e fora de catálogo até sua reedição em 2009, a obra não parece ter suscitado o mesmo impulso de (re)interpretação que a “obra-prima do estruturalismo latino-americano”, para retomarmos a expressão lapidar de Ricardo Bielschowsky.¹

Ora, não seria inexato dizer que o próprio Furtado tenha contribuído para minorar a importância do livro ao enfatizar, no prefácio, que se tratava de “uma série de estudos elaborados em um período de quase dez anos” e caracterizá-lo como “simples tateamento em terras quase inexploradas”. A unidade estaria, sobretudo, no “trabalho intelectual do autor”, voltado para “encontrar caminhos de acesso à inteligência dos problemas específicos do subdesenvolvimento econômico” (Furtado, 2009 [1961], p. 17; 21). Ao apresentá-lo assim, pode ter traçado uma diferença em relação à coerência e unidade de *Formação econômica do Brasil*. Além disso, enquanto retomou em textos memorialísticos as condições de produção e as ideias do livro de 1959, as menções à *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* foram mais escassas. Lembrando o início de 1961, diz: “meu livro *Formação econômica do Brasil* [...] era objeto de debates em muitas instituições de pesquisa e ensino, e eu acabara de preparar um livro de teoria econômica que intitulei *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*” (Furtado, 1997b, p. 161). Em *Os ares do mundo*, lemos: “eu já havia publicado em francês e em inglês o meu

1 Nunca é demais assinalar que *Formação Econômica do Brasil* deu origem a três livros comemorativos (além da própria edição de 50 anos, que trouxe a fortuna crítica sobre a obra). Nada semelhante aconteceu com *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*.

texto *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Fui então convidado a refundi-lo e dar-lhe maior abrangência, o que originou o meu *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, obra que enfeixa o essencial do meu enfoque estrutural da gênese do fenômeno do subdesenvolvimento e de sua contrapartida, a dependência externa, no processo de formação do sistema econômico mundial” (Furtado, 1997d, p. 181). Em seus diários, o livro é mencionado na entrada de 21 de outubro de 1960 quando, entre outros projetos para o futuro, figura “preparar esse livro de ensaios teóricos” (Furtado, 2019, p. 210).

As menções à obra destacam sua superação pela reescritura e publicação de *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, esta sim, consolidando a interpretação sobre o subdesenvolvimento e sua contribuição para o estruturalismo latino-americano. É o que se depreende da carta para Carlos Rama, de 31 de julho de 1970 em que explica: “minhas ideias sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento estão reunidas no livro *Teoría y política del desarrollo económico, Siglo XXI*” (Furtado, 2021, p. 325).²

Já a compreensão do livro como “de teoria econômica” e “ensaios teóricos” minimiza a análise histórica que lhe dá substrato e fornece o principal critério de validação para sua teoria do subdesenvolvimento.

Essa visão é corroborada por Tamás Szmercsányi (2001, p. 347) que, referindo-se aos principais livros teóricos de Furtado, dentre os quais, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, afirma: “cada um deles pode ser tomado como uma síntese da evolução do pensamento do autor nos anos que precederam sua respectiva publicação” e, mais adiante, afirma: “a primeira consolidação do pensamento teórico de Furtado deu-se através do seu livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento (Ibidem, p. 349)*.”

Para Ricardo Bielschowsky (2001, p. 113), “é razoável afirmar que as duas obras teórico-históricas mais importantes são *Desenvolvimento e*

2 Ver também a carta para Joseph Love, de 22 de dezembro de 1982, onde descreve que algumas de suas principais ideias sobre o subdesenvolvimento podem ser encontradas “em Teoria e política do desenvolvimento econômico, mas eu as vinha trabalhando de muito antes” (Furtado, 2021, p. 329).

subdesenvolvimento (1961) e *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967)", embora refira-se com frequência ao livro como reunião de ensaios (Bielschowsky, 2004, p. 133; 138; 144) e não como obra de síntese.

Carlos Mallorquín, em *Celso Furtado: um retrato intelectual*, preferiu a análise cronológica dos artigos que compõem o livro, comparando-os com versões anteriores e também contrapondo-os a outras obras do autor. Essa opção metodológica, legítima, ressalta mais a fragmentação do livro em artigos do que sua unidade. Procedendo dessa maneira, interpreta-o enquanto parte de um projeto maior de Furtado que só será consolidado nas décadas de 1970 e 1980, qual seja, a fundação do estruturalismo latino-americano. Em sua análise abundam qualificativos para a produção da década de 1950 como os de "ambivalência", "ambiguidades", "tropeços iniciais", "experimentação teórica", e "transformação e avanço teórico" (Mallorquín, 2005, p. 117; 118; 128). Para o autor, o estruturalismo de Celso Furtado se consolida com a formulação de um conjunto de conceitos alternativos às categorias da ciência econômica "convencional". Assim, esses "tateamentos" aparecem no processo de formulação do estruturalismo latino-americano, enquanto ainda não conseguia se desvencilhar do instrumento típico do *mainstream*.

A mesma dificuldade de classificação esteve presente na recepção internacional do livro. Para Hans W. Mueller (1963, p. 485), embora se trate de uma coleção de artigos, "a reunião de um esforço cronologicamente interrompido é dificilmente perceptível". Já quanto à natureza do livro, define-o por analogia com a composição musical: "Furtado prefere tecer um motivo teórico bastante simples em uma variedade de temas retirados da história econômica" (*Idem*).

Maurice Dobb (1965, p. 461) também indica que por detrás da reunião de artigos, existe "um fio conector das ideias atravessando estudos aparentemente diversos e dando unidade teórica à reunião".

Stephen E. Deutsch (1966) apresenta o livro como um exame das teorias do desenvolvimento econômico desde o século XVIII com o objetivo de "oferecer uma perspectiva estrutural de relevância prática construída

sobre material histórico e teórico”. Contudo, a despeito da proposta interdisciplinar do economista brasileiro, Deutsch afirma que “o livro é amplamente circunscrito à análise econômica e o tratamento é bastante técnico” (*Ibidem*, p. 95).

Em 1966, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* é publicado em tradução francesa, acrescida do ensaio de 1965, “Desenvolvimento e estagnação na América Latina: uma abordagem estrutural”. No prefácio a essa edição, Maurice Byé (1966, p. 1) considera que o livro é o “resultado provisório de uma vida científica ativa”. A definição de subdesenvolvimento de Furtado, prossegue, é resultado da percepção de que a teoria econômica tem validade e aplicabilidade apenas para os países desenvolvidos. Assim, para decifrar o subdesenvolvimento e formular um “modelo explicativo, é preciso, em primeiro lugar, assim como fez Celso Furtado, interrogar a História e a Sociologia” (*Ibidem*, p. 2).

Ora, a ambiguidade na avaliação do livro é ponto de partida desse artigo. Além dessa introdução, discutiremos como a obra foi classificada ora como teórica, ora como de análise histórica. Em seguida, discutimos as principais propostas contidas em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, destacando como Celso Furtado mescla a discussão teórica à análise histórica e é esta imbricação entre as duas instâncias que marca a originalidade do livro. Finalmente, tecemos algumas considerações finais.

Entre o ensaio teórico e a análise histórica

Livro de difícil classificação, posicionado entre a síntese e a coletânea e interpretado ora como obra teórica, ora como junção de teoria e análise histórica, essa ubiquidade pode tê-lo deixado em suspenso no conjunto da obra de Furtado. Sem o nível de formalização de Teoria e política do desenvolvimento econômico, também não trazia o esforço de análise histórica de Formação econômica do Brasil, embora a história seja o grande diferencial de Desenvolvimento e subdesenvolvimento na constelação de trabalhos que discutiam o subdesenvolvimento no período.

A melhor tentativa de compreensão das relações entre história e teoria do desenvolvimento e, também, de aproximação das duas obras como complementares de um mesmo método de análise é o prefácio de Ruggiero Romano à edição italiana de Formação econômica do Brasil. O historiador entende-as como complementares, abordando Desenvolvimento e subdesenvolvimento como uma síntese de análise histórica e teoria econômica.

Para o ex-aluno e colaborador de Fernand Braudel:

a influência profunda da análise histórica sobre a obra econômica de Celso Furtado é vista em *Développement et sous-développement*, que me parece constituir uma das obras mais completas e mais maduras que até hoje dispomos para o estudo – consistente, compacto, concreto, do subdesenvolvimento. Assim como Formação econômica do Brasil consegue nos mostrar o mecanismo pelo qual a economia atual de um país se realizou, assim também *Développement et sous-développement* deriva sua originalidade não só da força de penetração do discernimento econômico – em nível técnico – de Celso Furtado, mas também do enriquecimento que esse discernimento extrai justamente da análise histórica preliminar (Romano, 2009 [1970], p. 437).

Em outro momento do texto, Romano extrai duas consequências essenciais da definição de subdesenvolvimento como resultado da penetração de um setor capitalista moderno em uma estrutura arcaica. Enquanto obra atenta aos princípios históricos, Celso Furtado evita o anacronismo de “comparar situações da história econômica da Europa pré-Revolução Industrial com situações de ‘países subdesenvolvidos’ de hoje”. Já sob a perspectiva econômica, a ênfase na historicidade do subdesenvolvimento recusa “o princípio de uma espécie de inelutabilidade do subdesenvolvimento, como fase inevitável pela qual se *deve* passar” (Romano, 2009 [1970], p. 442-443).

Autor afinado com a proposta de junção de história e ciências sociais

que marcou o projeto da escola dos *Annales*, Ruggiero Romano captou como ninguém a irmandade dos dois livros, complementaridade que talvez o destino de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, transformado, em 1967, em nova obra mais teórica ou, em um “estudo bem mais abrangente e ambicioso” (Szmrecsányi, 2001, p. 354), veio a apagar.

A relação entre as disciplinas também foi discutida por Fernando Novais e Rogério Forastieri (2013), dentro de uma perspectiva chamada de “*história da historiografia*”, tendo como referência o projeto dos *Annales*. Nessa vertente, a historiografia moderna seria aquela em que o diálogo com as ciências sociais, surgidas a partir de finais do século XVIII, passou a ser incontornável. Para os autores, esse diálogo não alterou as características fundamentais da história: a saber, ser uma narrativa dos acontecimentos e constituir-se como memória social. O diálogo aparece na medida em que a história, sem abrir mão dessas características, incorpora os conceitos das ciências sociais, historicizando-os, ou seja, adaptando as ferramentas propostas pela economia, pela sociologia, pela antropologia, às particularidades históricas. Isso lhes permitiu estabelecer uma distinção entre o fazer histórico e o das outras ciências sociais. Para “o historiador, a conceituação é o *meio* e a reconstrução é o *fim*; para o cientista a conceituação (a explicação) é o *fim*, e a explicação é o *meio*” (*Ibidem*, p. 28). Dito de outra forma, a ênfase na reconstrução, na narrativa dos eventos, é o objetivo final do historiador, enquanto a explicação dos processos, com ênfase nos conceitos, é o que caracteriza as ciências sociais. A distinção é mais visível, argumentam, na interlocução da história com a economia, levando-os a distinguir entre história econômica e economia retrospectiva. Nessa classificação, *História econômica do Brasil* (1945) de Caio Prado Júnior, seria um exemplo da primeira enquanto *Formação econômica do Brasil* de Celso Furtado, amostra da segunda. Furtado teria, em seu livro, usado conceitos da teoria do desenvolvimento econômico e sua historicização seria limitada e, portanto, a explicação do subdesenvolvimento proposta prevalece

sobre a reconstituição histórica.³ Para os autores, portanto, a junção entre teoria e análise histórica que estamos propondo não se verificaria, “sob o ponto de vista da história da historiografia”, proposta pelos autores.

Entretanto, a posição de Ruggiero Romano, um representante da segunda geração da escola dos *Annales*, nos remete a uma maneira diversa de compreender o problema. A dominância da economia e da sociologia nessa geração levou a um questionamento diverso da relação entre história e economia da que fora apresentada pelos historiadores brasileiros. A questão se apresentava, sobretudo, no uso de modelos explicativos da economia para a história. Essa discussão foi feita por autores como Braudel 1984 [1958], Pierre Vilar (1983 [1965]), Pierre Chaunu (1964) e Frédéric Mauro (1972 [1958]). Enquanto para os primeiros, o diálogo deveria atentar para o tratamento das fontes e à crítica dos modelos teóricos utilizados, subordinando-os à explicação histórica, Frédéric Mauro, sem abandonar a preocupação de seus pares, não rejeitou o uso de categorias e modelos teóricos na explicação histórica.⁴

O próprio Celso Furtado, atento a essas discussões, explicou, em *A economia brasileira (contribuição à análise de seu desenvolvimento)* (1954), seu método de estudo, que poderia ser considerado um exemplo de economia retrospectiva segundo a classificação que examinamos acima:

3 A despeito da inegável contribuição dos autores, não nos parece clara a eleição de *História econômica do Brasil* (1945), de Caio Prado Júnior, como exemplo de história econômica que historiciza conceitos e busca a totalidade, ao contrário de *Formação do Brasil contemporâneo*, por exemplo. A nosso ver, o livro de 1945 tem sérios problemas historiográficos, o mais evidente sendo o uso do conceito de imperialismo para compreender o Brasil do século XIX e XX, o que não lhe permitiu ver o conjunto dos interesses nacionais que foram surgindo e se consolidando no que foi chamado depois de “grande capital cafeeiro nacional”. Houvessem os autores usado *Formação do Brasil contemporâneo* como exemplo de história econômica, o contraponto seria mais evidente, sempre sob o ponto de vista da história da historiografia.

4 Para um exame das propostas de Frédéric Mauro, ver Silva (2020). Uma síntese dos debates que envolveram a história econômica e a economia retrospectiva nas décadas de 1950 e 1960 pode ser encontrado em Fontana (2004).

Foi indispensável que nos colocássemos em distintas posições no tempo, e das mesmas tentássemos um corte vertical no processo histórico. [...] A técnica de análise aqui adotada consiste substancialmente em uma tentativa de reconstituição da realidade através de uma série de pontos estratégicos. Não nos interessa reproduzir aquilo que sucedeu em um dado momento histórico senão como elemento subsidiário que esclarece a forma como funcionava o sistema. É o mecanismo mesmo desse sistema que nos preocupa. (Furtado, 1954, p 14-15).

Contudo, o que nos parece fundamental nas formulações de Ruggiero Romano é justamente ter observado os dois livros de Celso Furtado, não pelo crivo *da história da historiografia*, mas sim da introdução de processos históricos como critério para ampliar e problematizar as categorias econômicas, tornando-as sensíveis às peculiaridades históricas ou mesmo recusando algumas delas quando não conseguiam explicar os processos históricos formativos dos países latino-americanos. Ademais, Romano assinalou o resultado desse método, inclusive para os historiadores, ao evitar o anacronismo de englobar diversas experiências pré-industriais como subdesenvolvidas. Nesse sentido, a junção entre teoria e análise histórica nos parece indiscutível.

A singularidade de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* também pode ser captada se o compararmos com outros elementos de *A economia brasileira* (1954) observando que as opções metodológicas adotadas em cada um deles são reveladoras da organização do pensamento de Celso Furtado.⁵

Há textos comuns nas duas obras. O último capítulo do livro de 1954 transformou-se nos dois primeiros de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, com ampliações. Passagens sobre o sistema industrial que aparecem no livro de 1954 foram ampliadas em 1961. Ademais, a

5 A importância desse livro, esgotado desde sua primeira publicação em 1954 é cada vez mais apontada pelos críticos de Celso Furtado. Basta dizer que capítulos de *Formação econômica do Brasil* e de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* tiveram sua primeira aparição nesse livro.

interpretação da crise de 1929 e da política de manutenção da renda, presente nos livros de 1954 e 1959 está incorporada na exposição do processo de substituição de importações em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Mas, para além dessas modificações, a disposição dos capítulos é fundamental. Enquanto *A economia brasileira* era um livro de análise histórica com uma discussão teórica no capítulo final, em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* o movimento é inverso: parte-se da revisão das formulações sobre o desenvolvimento na história do pensamento econômico até chegar a uma análise histórica da formação do subdesenvolvimento, concluindo com um capítulo sobre a situação recente do Brasil. Na obra de 1954, a elaboração teórica, inovadora, só teria validade como corolário final da análise histórica e empírica da economia brasileira. Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, ao contrário, as formulações teóricas vão sendo apresentadas e adensadas na análise, que parte de categorias gerais tais como impulso externo, excedente econômico e formas de distribuição de renda, até o exame dos problemas concretos das economias latino-americanas: tendência ao desequilíbrio externo, dificuldades do avanço na substituição de importações e origens e causas da inflação. Mais convicto do acerto de suas formulações e do método de reconstrução histórica que apresentou de maneira acabada em *Formação econômica do Brasil* (1959), o livro de 1961 aparece como desdobramento teórico do anterior: enquanto *Formação* delineou a constituição histórica do subdesenvolvimento, este demonstra a construção teórica do conceito de subdesenvolvimento, derivando-o da análise histórica. Essa junção de formulação teórica erigida sobre a releitura do passado econômico do subcontinente é talvez a marca principal desse livro enquanto obra de conjunto, de síntese não apenas da obra anterior do economista, mas também enquanto súmula teórica a respeito da conceitualização do que é o subdesenvolvimento.

No que se segue, iremos destacar esse caráter de síntese, de concatenação de conceitos, tendo como eixos norteadores algumas categorias fundamentais do livro: a importância do setor externo, o conceito de excedente econômico, a definição de subdesenvolvimento, o exame da

tendência ao desequilíbrio externo e, finalmente, a análise das causas da inflação. Quando pertinente, identificaremos a origem dos capítulos do livro e faremos referência aos problemas mais gerais que cada um deles discute, remetendo-os ao quadro mais amplo do pensamento do autor. Com isso, destacamos as duas principais características da obra: a importância da análise histórica para a formulação do conceito de subdesenvolvimento e a relação intrínseca entre formulação teórica e intervenção nas discussões sobre política econômica.

Desenvolvimento e Subdesenvolvimento: análise histórica e formulação teórica

Desenvolvimento e subdesenvolvimento possui, além da introdução, seis capítulos, distribuídos em duas partes, que compõe o título do volume. O agrupamento dos textos não seguiu a ordem cronológica de publicações do autor, pois a primeira versão do segundo capítulo é de 1952, passando por modificações ao longo do tempo. Já o texto inicial do livro, "A teoria do desenvolvimento na ciência econômica", apareceu no livro *A economia brasileira* (1954) e depois foi publicado em espanhol em *El trimestre económico e, no Brasil, na Revista de Ciências Econômicas*, em 1955. A versão de 1961 traz uma exposição inédita da teoria econômica de Marx.

O objetivo do capítulo inicial é revisar a ideia de desenvolvimento na teoria econômica. Para Furtado, a problemática vinha ganhando espaço com a teoria dos ciclos, avançando para modelos e formulações a respeito do mecanismo de desenvolvimento. Sua proposta de investigação levou-o a reler o conhecimento disponível sobre o tema como etapa para assentar sua própria teoria. Furtado conclui que o principal problema das escolas clássica, neoclássica, marxista e keynesiana é a dificuldade de pensar o desenvolvimento econômico como um objeto autônomo. O corolário dessas correntes era a tendência à estagnação, ou seja, a própria negação da possibilidade de um processo prolongado de desenvolvimento econômico.

O segundo capítulo do livro, "O mecanismo de desenvolvimento" recebeu a maior fortuna crítica. Elaborado inicialmente como comentário às conferências que Ragnar Nurkse proferiu na Fundação Getúlio Vargas, em 1951, suas observações serviram para que apresentasse, pela primeira vez, sua concepção sobre desenvolvimento econômico. As diversas republicações do texto - em espanhol em 1953, em inglês nos *International Economics Papers* do Banco Mundial no ano seguinte, e retrabalhado como parte do sexto capítulo do livro *A Economia Brasileira* (1954) - tornaram seu autor conhecido e discutido internacionalmente.⁶ Nurkse, valendo-se da noção de círculo vicioso da pobreza, explicava que o baixo nível de renda das economias subdesenvolvidas implicava num mercado consumidor restrito que, por sua vez, não estimulava investimentos capazes de aumentar a produtividade econômica, reiterando a carência de demanda e de capital. A solução viria de um conjunto simultâneo de investimentos, aumentando a produtividade e a demanda ao mesmo tempo. O artigo de Furtado refuta essa proposição, discutindo as formas pelas quais uma economia subdesenvolvida pode sair do círculo vicioso da pobreza. Para nosso autor, Nurkse deixara de considerar uma das principais características das economias subdesenvolvidas: a escassez de capital. Segundo Furtado, o impulso inicial para transformações econômicas viera, historicamente, do estabelecimento de uma linha de comércio exterior, o que permitiria romper o círculo vicioso descrito. A elevação da produtividade feita pela realocação dos fatores produtivos internos e a absorção de tecnologia decorrente da participação nas trocas internacionais levam à concentração de renda no setor exportador que, transformando-se em consumo, inicia um processo de desenvolvimento com melhora da produtividade, desde que essa elevação do produto final se estenda para outros setores econômicos internos, em decorrência da demanda gerada pelo pagamento de salários no setor exportador, traduzindo-

6 Maurice Dobb (1965, p. 461) diz conhecer a obra de Furtado e destaca a circulação desse texto como uma contribuição à teoria do desenvolvimento econômico.

se em diversificação do consumo. Esse processo, ao se reproduzir no tempo, permite a continuidade do desenvolvimento, “abrindo novas oportunidades de inversão” (Furtado, 2009 [1961], p. 90). Ao colocar o comércio externo como mecanismo propulsor, Celso Furtado estava não apenas criticando o professor da Universidade de Columbia, mas fazendo uma proposição original entre os teóricos do desenvolvimento econômico, tais como Rosenstein-Rodan e Alexander Gerschenkron (Boianovsky, 2010).

Assentada a importância do comércio exterior, Furtado examina como a melhora de produtividade incitada pelas exportações se traduz em desenvolvimento econômico. Para ele, a condição para a continuidade do processo de desenvolvimento é que o excedente de produção seja direcionado ao mercado interno. Contudo, isso depende de fatores institucionais, tais como a concentração da renda, as preferências de consumo e a massa de salários. Dessa forma, o desenvolvimento não é um processo automático, pois fatores institucionais – neste ponto, a diversificação da procura e a concentração da renda – influem para que a poupança seja reincorporada ao processo produtivo, assim como a parcela da renda disponível que será destinada a novos investimentos produtivos. Finalmente, nas economias subdesenvolvidas, os investimentos podem ser alocados em setores ligados ao consumo conspícuo, sendo necessária a orientação estatal para coordenar os investimentos segundo critérios de produtividade marginal social e economias externas para assegurar que cada unidade de capital investido se transforme em um produto social maior. Proposta inovadora, pois, como destaca Mallorquín (2005, p. 53), ao propor como critério a produtividade marginal social, Furtado implicitamente recusa um dos conceitos básicos da teoria econômica, a noção de produtividade marginal.

Muitos desses temas serão modificados, adensados ou redimensionados nas diversas versões do texto.⁷ No entanto, devemos reter a atenção em alguns pontos. São eles: a importância do setor externo como

7 Ver, sobre isso, as análises de Carlos Mallorquín (2005) e Boianovsky (2010).

elemento dinamizador do desenvolvimento econômico; o planejamento econômico como instância fundamental para direcionar os recursos para sustentar o processo de desenvolvimento. Além desses, fatores institucionais que atuam sobre a concentração da renda, os hábitos de consumo das elites que se apropriam do excedente e a transformação da poupança em investimento produtivo são outros condicionantes do desenvolvimento. Merece destaque, também, a mobilização de autores como Max Weber, Thorstein Veblen e James Duesenberry para corroborar sua visão da importância das formas de dominação e dos hábitos de consumo das elites como fatores determinantes do uso da poupança.⁸

A análise de Furtado acentua que o processo de desenvolvimento não é automático, pois não há garantia de que o produto extra será canalizado para investimentos produtivos e, mesmo que isso aconteça, os automatismos do mercado não levariam, necessariamente, a investimentos de maior produtividade marginal social. Disso decorre a importância do planejamento econômico.

Ao criticar o professor da Universidade de Columbia e demonstrar as condições para o surgimento de um impulso de desenvolvimento, Celso Furtado alerta que “a teoria da inversão é uma peça fundamental da teoria do desenvolvimento”, mas sua análise “não deve ser realizada em termos puramente abstratos” (Furtado, 2009 [1961], p. 100), pois precisa incorporar os fatores institucionais que atuam em cada sociedade.

“O processo histórico de desenvolvimento” liga-se ao capítulo precedente, sendo uma espécie de investigação histórica dos fatores institucionais que determinam a transformação do excedente ou da acumulação de capital em investimentos. Publicado pela primeira vez no

8 O contato de Celso Furtado com a obra de Veblen e Max Weber remonta a seus estudos sobre administração pública na década de 1940. Do segundo, encontramos citações no período de, sobretudo *Economia y Sociedad* e *História Econômica General*. Ver, sobre isso, (Furtado, 1997a; 1997c). O texto de Duesenberry “Income, Saving, and the Theory of Consumer Behavior” (1949) parece lhe ter sido sugerido pelas conferências de Ragnar Nurke.

número inaugural da revista *Econômica Brasileira*, fundada em 1955, o artigo faz parte de um leque maior de preocupações do autor. Como Celso Furtado relembra em sua autobiografia: “trabalhava em três frentes: a) a teoria do desenvolvimento: gênese, história e mecanismos de acumulação; b) a economia brasileira: perspectiva histórica e problemas atuais; e c) crítica das ideias sobre desenvolvimento econômico” (Furtado, 1997a, p. 287). Furtado se refere ao período de publicação de *A economia brasileira* (1954) e aos anos subsequentes, nos quais o acirramento das disputas em torno das ideias desenvolvimentistas passaram a exigir um amplo espaço de debates. Daí a criação, sob sua direção, da nova revista e do *Clube dos Economistas*, que a sustenta e a organiza.⁹ O texto pode ser considerado tanto uma investigação sobre a gênese histórica do desenvolvimento, quanto uma crítica à teoria econômica.

A categoria fundamental de análise utilizada é o excedente econômico, introduzida no ensaio anterior. O conceito, que fora utilizado pelos clássicos e abandonado posteriormente, é definido como “a diferença entre o produto bruto e ‘as necessidades da vida de todos ligados à produção’” (Furtado, 2009 [1961] p. 106).¹⁰ Para Furtado, caso o excedente obtido seja distribuído para

9 “Como praticamente não tínhamos contato com o mundo universitário, os debates em torno da nova linha de pensamento circunscreviam-se a ambientes com pouco poder de irradiação. Pareceu-me oportuno que estabelecêssemos algum vínculo entre os que se interessavam pela nova forma de abordar os problemas econômicos e que dispuséssemos de um órgão para veicular essas ideias” (Furtado, 1997, p. 290). Sobre as condições de criação da revista, ver Andrada, *et al.* (2018).

10 Curiosamente, Furtado não discutiu o excedente econômico no primeiro capítulo desse livro. Em *A Fantasia Organizada* (1997a, p. 285) lembra que o excedente também foi utilizado por Paul Baran, “partindo de outro enfoque metodológico”. O conceito de excedente é retomado por Furtado na década de 1970, notadamente no livro *Prefácio à nova economia política*, de 1976. Nesse livro o conceito é ampliado para captar as modificações no capitalismo internacional no período. O excedente passa a ser entendido como a) parte de uma teoria econômica da estratificação social; b) em sua relação com o poder econômico; c) expressão de formas de dominação social. Além disso, passa a ser captado também na esfera da circulação e utilizado para repensar as formas de conexão entre economias industriais e periféricas. Para uma síntese desses avanços, ver Silva (2023). Um exame da importância dessa categoria na obra de Furtado se encontra em Bianconi e Coutinho (2019). O próprio Furtado sintetizou esses desdobramentos no livro *Pequena introdução do desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*, de 1980.

o conjunto da sociedade e gasto na ampliação do consumo corrente, ocorrerá apenas uma melhora momentânea no nível de vida da coletividade, mas não um processo cumulativo de aumento da produtividade do sistema econômico. Um processo continuado de desenvolvimento ocorreu onde “grupos minoritários” apropriaram-se do “excedente de produção, permanente ou ocasional, do conjunto da coletividade” (*Ibidem*, p. 107). São, portanto, as características de cada sociedade, sua divisão social e as formas de acesso ao excedente que determinam o processo de acumulação de capital, como fora anunciado no capítulo anterior.

Essa acumulação e concentração, ao se traduzir em aumento do consumo dos grupos minoritários, originou a necessidade de diversificar a oferta, o que pode ser feito por meio das atividades comerciais. Assim, a análise histórica das formas de apropriação do excedente encontra o “mecanismo de desenvolvimento”, descrito previamente, segundo o qual o comércio é capaz de gerar um impulso para aumentar a produtividade. O conceito de excedente, portanto, permite a Celso Furtado combinar teoria econômica com história e sociologia pelo viés da apropriação do excedente, feita por grupos sociais distintos, variando no tempo e no espaço.

Após a introdução do conceito de excedente econômico como categoria fundamental para captar os fatores institucionais que viabilizam ou não a criação de mecanismos de desenvolvimento, Celso Furtado mergulha na história europeia, desde a Antiguidade, delineando historicamente as formas de apropriação do excedente entre grupos minoritários e a formas de comércio externo. Em sua análise, a economia antiga foi marcada pela extração do excedente via escravidão, aliada à crescente importância do comércio no Mar Mediterrâneo. Por sua vez, a crise dessa economia e o boqueio do comércio marítimo ocasionaram “um atrofiamento da economia da Europa Ocidental, e não um retorno dessa economia a seu estado anterior”, pois “a redução da produção *per capita*, motivada pela desarticulação do sistema econômico, não traz consigo uma reversão às formas primitivas de produção”. Daí que Celso Furtado defina o feudalismo como uma “economia fechada de nível relativamente elevado de consumo” (Furtado, 2009 [1961], p. 118-119).

Com o Renascimento Comercial, no século XII, a Europa estava preparada, sob o ponto de vista técnico, para responder ao novo aumento da produtividade exigido pela retomada do comércio, que atinge não apenas o campo, mas também as cidades. Com a expansão das transações de longa distância, sujeito às vicissitudes de variação de preços, de naufrágios, etc., esse setor dinâmico passa a ter a redução dos custos de produção como variável fundamental para controlar e racionalizar suas operações (Furtado, 2009 [1961], p. 130-131). Ora, a partir do século XIV, segundo Furtado, as linhas de expansão do comércio internacional estão saturadas e inicia-se um período de políticas protecionistas patrocinadas pelos Estados Nacionais nascentes, repercutindo “no regime de organização da produção, passando os custos a ter significação crescente”. Assim, “surgira um novo sistema de organização da produção em que o custo de produção desempenhava papel fundamental” (*Ibidem*, p. 131-133) e, dentre estes, o mais importante era o salário dos trabalhadores.

A passagem da economia comercial para a industrial é caracterizada pela inovação tecnológica como forma de reduzir os custos de produção. Com isso, a incorporação do excedente no processo de produção, que era discricionário nos sistemas escravistas e comercial - podendo ser canalizado para novos investimentos visando ampliar o poder militar ou alargar o horizonte das trocas, mas também alocado em obras improdutivas, sem que o nível geral da produção declinasse - torna-se condição para a sobrevivência e reprodução do novo sistema econômico.

Nas economias industriais tem-se “a ascendência progressiva da técnica de produção ao ponto focal do sistema econômico” (Furtado, 2009 [1961], p. 134). A aplicação dos recursos disponíveis passa a ser inerente ao processo produtivo, cuja condição de funcionamento é a diminuição dos custos e o aumento da capacidade produtiva. Dessa forma, conclui Furtado:

a eficiência produtiva e o avanço da técnica constituem, portanto, no novo sistema econômico, a fonte do lucro do empresário e a oportunidade de aplicar remuneradoramente esses lucros. Cabe, assim, à tecnologia desempenhar o papel de fator dinâmico central

na economia industrial (Furtado, 2009 [1961], p. 137).

Essa análise histórica do desenvolvimento econômico europeu fornece a Celso Furtado definições e conceitos fundamentais para sua teoria do subdesenvolvimento. A primeira delas é a definição de Feudalismo, inspirada em Henri Pirenne, que vem utilizando desde sua tese de doutorado, em 1948, e que reaparece em outras obras como *A economia brasileira* (1954) e serviu de base à refutação da existência de feudalismo no Brasil (Furtado, 2004 [1959]). Ora, essa definição também lhe permite explicar as rápidas transformações ocorridas na Europa a partir do século XII, impulsionadas pelo comércio. Dessa maneira, a discussão sobre a importância do excedente econômico e suas formas de manifestação na história encontraram, nessa interpretação de Henri Pirenne, uma comprovação também para a tese da importância do setor externo, comercial, para impulsionar o desenvolvimento, ampliando a produtividade.

Outro elemento central é a emergência dos sistemas industriais, caracterizados pela inovação tecnológica. Esse processo internaliza *no sistema produtivo*, o que antes decorria de elementos institucionais nas sociedades escravistas e comerciais. No sistema industrial, a relação entre lucros e reinvestimento produtivo se automatizou e o avanço tecnológico é condição para a sobrevivência das economias industriais.

Aqui temos um passo fundamental na teoria do desenvolvimento econômico de Celso Furtado. É desse sistema que deriva, agora sob linguagem econômica, o que viera traçando pela análise histórica: “a estrutura do sistema produtivo [industrial] reflete, portanto, a forma de utilização da renda [...] Destarte, os problemas de desenvolvimento têm que ser considerados concomitantemente como problemas de produção e de distribuição” (Furtado, 2009 [1961], p. 142). Nesse caso, o funcionamento da economia industrial tem como fundamento a constante transformação de uma grande massa de renda em capital.

Com isso, uma nova peça é adicionada ao constructo intelectual de Furtado, qual seja, inovação tecnológica como condição para a manutenção e crescimento das economias industriais.

A primeira parte do livro discutiu como o desenvolvimento econômico se processa, com ênfase nos mecanismos de elevação da produtividade e os fatores institucionais que agem nesse processo. Dentre esses, o mais importante é a geração, apropriação e destinação do excedente econômico. Nisso entram fatores sociais e políticos, como os grupos dominantes nos sistemas políticos e as estruturas econômicas. Para demonstrar esse ponto, Furtado realizou uma longa incursão histórica examinando como o excedente foi incorporação ou não na produção na Antiguidade, no mundo feudal, nas economias comerciais modernas e, finalmente, nas economias industriais. Nesse momento, análise histórica e formulação teórica se juntam, ao derivar historicamente as características dos sistemas industriais. Após esse quadro, Furtado passa a discutir o subdesenvolvimento.

A segunda parte do livro, intitulada “Subdesenvolvimento”, apresenta material que, embora escrito em 1958, era inédito no Brasil. Os capítulos 4 e 5 são a tese que Furtado apresentou para um concurso de economia na Faculdade Nacional de Direito (atualmente unidade acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro) – certame que nunca se realizou enquanto esteve inscrito – e cujo capítulo que analisaremos foi publicado, no mesmo ano, em inglês, espanhol e italiano.

O texto se inicia com a retomada da dimensão histórica do desenvolvimento. Se no capítulo anterior o sistema industrial foi examinado sob o crivo da relação entre tecnologia, diminuição dos custos e reinvestimento produtivo, Furtado analisa agora a Revolução Industrial. As transformações trazidas pelo evento foram: a) o crescimento econômico passou a ser um processo endógeno, decorrente da reinversão dos lucros no processo produtivo; b) as inovações tecnológicas se transformaram no principal elemento dinamizador e promotor da acumulação de capital. Esses dois elementos, combinados, explicam como o aumento da produção, a partir da Revolução Industrial, foi acompanhado pela redução dos preços dos artigos finais, como resultado da incorporação tecnológica, diminuindo os custos de produção (Furtado, 2009 [1961], p. 150).

Para ele, a Revolução Industrial, em sua primeira fase, teve como fator dinâmico o lado da *oferta*, com o efeito-preço atuando para desorganizar a

produção artesanal existente no período, gerando uma crescente oferta de mão-de-obra que foi sendo absorvida pelo setor manufatureiro, mantendo-se um baixo nível de salários. Num segundo momento, o efeito dinamizador da indústria começa a operar também do lado da *procura*, com o desenvolvimento do setor de bens de produção que absorve capitais e mão-de-obra, ampliando a massa de salários que, por sua vez, eleva a demanda por bens de consumo, fazendo com que esse setor intensifique a procura para o setor de bens de capitais. A inter-relação entre os dois setores é examinada por Celso Furtado pensando em suas repercussões na distribuição da renda. De fato, esgotadas as possibilidades de absorção da mão-de-obra liberada dos setores artesanais, a pressão pelo aumento dos salários atingiu, de início, o setor de bens de capital cuja consequência foi uma elevação dos seus preços, com repercussões no setor de consumo. É nesse momento que são dadas as condições históricas para o surgimento do subdesenvolvimento pois a solução desse processo se fez via expansão comercial. Em suas palavras, “a economia inglesa logrou evitar a eutanásia precoce lançando-se numa grande ofensiva internacional” (Furtado, 2009 [1961], p. 156), período que coincidiu com a liberalização do comércio e exportações de capital do final do século XIX. Assim, a taxa de crescimento da economia inglesa se manteve, garantindo a expansão do setor de bens de capital para o exterior. Em consequência da intensificação da inovação tecnológica nesse setor, ele passa a ter um aumento de produtividade maior que as indústrias de bens de consumo, ampliando a quantidade de recursos destinados à inovação tecnológica. Como resultado, ocorre “uma tendência a aumentar o grau de mecanização em todo o sistema, isto é, a aumentar a densidade de capital fixo por pessoa ocupada” (*Ibidem*, p. 158). A tecnologia desenvolvida, por sua vez, respondia ao principal problema da economia do país, qual seja, a escassez de mão-de-obra e a elevação dos salários.

O subdesenvolvimento é um fenômeno resultante da expansão econômica dos países industriais. Essa expansão, ao conectar “sistemas econômicos seculares de variados tipos, mas todos de natureza pré-capitalista”, produziu “estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da

estrutura pré-existente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (Furtado, 2009 [1961], p. 161). Em suma: “o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (*Idem*).

Essa é sua formulação clássica do subdesenvolvimento, resultado do processo de interligação subordinada das economias pré-capitalistas a um núcleo industrial. Enlace historicamente determinado e específico, pois se trata de fenômeno peculiar ao subdesenvolvimento.

Com essa definição, Celso Furtado retoma a discussão sobre o mecanismo de desenvolvimento e as formas de redirecionamento do excedente econômico nesse sistema híbrido. O setor moderno, ligado à exportação e resultante da expansão das economias industriais tende a atrair trabalhadores do setor arcaico. Contudo, as técnicas poupadoras de mão-de-obra, aliadas à grande oferta de força de trabalho no setor atrasado, estabelecem uma remuneração próxima ao mínimo de subsistência. Como resultado, tem-se elevação dos lucros dos empresários e concentração da renda, a menos que a massa de salários no setor externo atinja proporções mais amplas no conjunto do sistema econômico. Ainda aqui, há fatores impeditivos ao desenvolvimento, pois as decisões de investimento da classe empresarial são orientadas pelas “condições prevalecentes na economia a que pertence o capital” (*idem*, p. 164).

Em alguns países, como o Brasil, a massa de salários foi ampla o suficiente para criar uma faixa de consumo diversificado, geralmente atendido por importações. Como essas dependiam das receitas de exportação, sempre instáveis no mercado internacional, o resultado foi a criação de um setor produtor de artigos manufaturados interno. Isso, por sua vez, deu origem a estruturas subdesenvolvidas complexas, nas quais, além dos setores exportador e arcaico, forma-se outro, ligado “ao mercado interno de produtos manufaturados de consumo geral” (Furtado, 2009 [1961], p. 169). Nesse caso, a procura interna pode provocar “transformações estruturais no sistema”, como ocorreu com o surgimento de um núcleo industrial no Brasil,

substituindo importações e ampliando sua presença na economia, em detrimento do setor pré-capitalista. Se o setor industrial interno se expande até lograr fabricar parte dos bens de capital de que necessita, sua participação aumentará, ainda que o setor dinâmico continue sendo aquele ligado às exportações. Contudo, e aqui podemos compreender a relevância do estudo da tecnologia nas economias industriais, o desenvolvimento do setor interno, ao importar máquinas e equipamentos dos países industrializados, importa também sua função de produção, caracterizada pela economia de mão-de-obra. Como resultado, mesmo a expansão do setor interno, ao não absorver os trabalhadores dos outros setores, tem baixa capacidade de modificar a estrutura do sistema.

Temos aqui, portanto, a primeira exposição do processo de substituição de importações no livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Sem dúvida, Furtado retomou ideias dos livros *A economia brasileira* (1954) e *Formação econômica do Brasil* (1959). Entretanto, sua reapresentação como fenômeno característico das economias subdesenvolvidas demonstra a preocupação de teorizar a partir da experiência histórica, concreta, dos países subdesenvolvidos. Adiante, como se verá, a análise da substituição de importações é apresentada de maneira mais complexa, incluindo sua ligação com a explicação estruturalista da inflação.

O que caracteriza o subdesenvolvimento é a heterogeneidade tecnológica, resultante “de um processo de enxerto [...] de uma ou mais empresas ligadas ao comércio das economias industrializadas em expansão”. Nessa perspectiva, o subdesenvolvimento não pode ser definido pelo nível de renda *per capita* do país, mas sim “pela importância relativa do departamento atrasado, e a taxa de crescimento é função do aumento da importância

relativa do departamento desenvolvido” (Furtado, 2009 [1961], p. 174).¹¹ Decorre dessa definição que o crescimento de uma economia subdesenvolvida deve se dar modificando a estrutura produtiva, o que implicaria absorver a mão-de-obra dos setores atrasados ou de baixa produtividade até atingir maior homogeneidade entre os ramos produtivos. Ademais, percebe-se a junção de formulação teórica e análise histórica pois a forma típica de crescimento de uma economia subdesenvolvida complexa, a industrialização por substituições de importações, decorre da própria definição de subdesenvolvimento, em que a heterogeneidade entre os setores produtivos e a dependência de tecnologia poupadora de mão-de-obra explicam a forma possível de crescimento econômico.

À medida que o desenvolvimento se processa, ou seja, em que cresce a participação dos setores exportadores e de mercado interno, maior será a necessidade de insumos e equipamentos importados, tributários da capacidade de importar gerada pelas exportações. O crescimento substitutivo de importações, ao atingir os setores de consumo duráveis e de bens de capital, requer mais divisas para financiar as compras internacionais, pressionando o balanço de pagamentos.

Dessa forma, as economias subdesenvolvidas têm uma elevada dependência do intercâmbio externo no processo de formação de capital e a continuidade das transformações estruturais nesses sistemas dependem da relação entre o coeficiente de importações e as inversões líquidas.¹² Quanto

11 As consequências da definição do subdesenvolvimento como uma economia que se formou ligada à expansão de outras econômicas, industrializadas, não passaram despercebidas aos críticos que resenharam a obra. Mueller (1963, p. 485), Dobb (1965, p. 461) Deutsch (1966, p. 96) e Jouandet-Bernadat (1968, p. 163) enfatizaram a novidade da definição e a consequente distinção entre um setor arcaico e outro moderno. A heterogeneidade das economias subdesenvolvidas permitiu a Celso Furtado classificar esses sistemas econômicos não mais pelo nível de renda *per capita*, mas sim pela extensão do setor arcaico no conjunto do sistema. Esse ponto é discutido mais adiante.

12 Referindo-se à economia brasileira, Furtado (2009 [1961], p. 186) estima que para um aumento de 12% no produto bruto decorrente de inversões, o coeficiente de importações teria que aumentar 24,3%.

mais intensivas em capital as indústrias em substituição, maior será a pressão sobre a capacidade de importar, resultando na “notória tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, observada em todos os países subdesenvolvidos que, de uma forma ou outra, tentam intensificar o seu crescimento” (Furtado, 2009 [1961], p. 186).

A contraface desses desequilíbrios, para Furtado, é a inflação, fenômeno comum aos países subdesenvolvidos em processo de aceleração da substituição de importações. Essa interpretação, que coloca a elevação dos preços como resultado de desequilíbrios entre os sistemas produtivos da economia destoava da visão vigente sobre o problema.

Essa interpretação de Furtado deve ser colocada dentro do contexto maior dos debates da década de 1950. Embora sua análise da inflação como resultado de desequilíbrios estruturais da economia viesse sendo apresentada desde o texto em que comenta as palestras de Ragnar Nurkse, a discussão continuou no centro dos debates sobre política econômica nos países subdesenvolvidos durante toda a década de 1950. O diagnóstico de Furtado contrapunha-se aos programas de estabilização que o Fundo Monetário Internacional preconizava a diversos países com dificuldades de balanço de pagamentos. Além disso, ocorre, no mesmo período, o surgimento da teoria estruturalista da inflação, frequentemente assimilada aos economistas cepalinos Juan Noyola Vásquez e Osvaldo Sunkel, embora seja possível afirmar, como o faz Boianovsky (2012, pp. 292-302), que Furtado foi um dos inspiradores da tese.

O diagnóstico sobre a elevação dos preços traz, também, uma proposta de política econômica. Para Furtado, as soluções até então propostas, desvalorização cambial ou deflação, não são eficazes nos países subdesenvolvidos e, ao adotá-las, deixa-se de “aprofundar a análise das causas possíveis do desequilíbrio” (Furtado, 2009 [1961], p. 192). O essencial do fenômeno não reside no lado monetário da economia, mas no fato de que “nas fases intermédias e superiores do subdesenvolvimento manifesta-se uma tendência estrutural à elevação do coeficiente de importações”, cuja razão principal é a “elevada densidade de importações na composição das inversões”, sobretudo quando o setor industrial interno está substituindo o

setor de bens de produção (*Ibidem*, p. 198). Em decorrência dessa característica dos países subdesenvolvidos, soluções como a contração monetária ou desvalorização cambial como mecanismos para conter a elevação dos preços e reduzir as importações são extremamente danosas para uma economia em fase de substituição de importações, pois “o coeficiente de importações seria muito mais elevado no setor das inversões que no de consumo”, podendo “frustrar totalmente a política de desenvolvimento” (*Ibidem*, p. 199).¹³

Porém, a análise de Furtado não se resume à identificação da tendência ao desequilíbrio externo e à crítica ao tratamento convencional à inflação. Há outro fator que agrava o desequilíbrio externo e que exige, como solução, o planejamento econômico.

O sistema de preços, canalizando os investimentos para os setores tradicionais ou já instalados, onde a capacidade do empresário de calcular seus riscos e sua margem de lucro é mais certa, pretere os setores mais intensivos em capital, capazes de criar a capacidade produtiva interna responsável pela conclusão do processo de substituição de importações. A solução para romper esses desequilíbrios está em “agir sobre a orientação das inversões, e não, necessariamente, sobre seu nível, pois, se assim procedermos, o equilíbrio somente será recuperado em um nível mais baixo de atividade econômica, mediante uma redução, portanto, do nível de investimento” (Furtado, 2009 [1961], p. 203).

Assim, Furtado identifica a tendência ao desequilíbrio externo não como resultante de fatores monetários, mas como expressão de um desajustamento entre os setores econômicos e as necessidades de inversão de uma economia subdesenvolvida em processo de substituição de importações. Esses desajustes fazem parte de um processo de instalação do setor de bens de produção que é intensivo em capital e que pressiona a

13 Como nota Boianovsky (2012), Furtado pôde aplicar seu diagnóstico sobre a inflação no Plano Trienal, elaborado em 1962. Nele, previa-se uma ação de estabilização de curto prazo conectada a uma série de medidas voltadas para canalizar a capacidade de importar para manter a taxa de crescimento e concluir o processo de substituição de importações.

capacidade para importar. Por isso, é necessário direcionar os investimentos e a poupança para atender a demanda dos novos setores, o que só é possível através de uma política econômica de desenvolvimento. Assim, o planejamento, anunciado em outros capítulos aparece agora como imprescindível para a manutenção do crescimento econômico em curso nos países subdesenvolvidos.

Ainda sobre a inflação, o último capítulo do livro apresenta uma contraleitura da questão, considerando-a não como uma herança perversa que atravessou o desenvolvimento industrial brasileiro, mas como condição mesma para a industrialização. O texto, "Industrialização e Inflação: análise do desenvolvimento recente do Brasil", teve sua primeira aparição na revista *Econômica Brasileira*, em 1960, sendo publicado em inglês apenas em 1967. Para Furtado, a constante elevação no nível de preços criou as condições para a industrialização substitutiva de importações. Essa visão, embora possa ser retrçada à segunda metade da década de 1950 (Boianovsky, 2012, p. 302), evidencia um contraponto não apenas às interpretações monetaristas da inflação, mas ao próprio estruturalismo, pois, enquanto esse último compreendia que a inflação atrasava o desenvolvimento, para Furtado ela acelerou o processo de industrialização, intensificando a transformação produtiva no Brasil.

Segundo Furtado, após a crise de 1929 abriu-se um período de busca cada vez mais consciente pela industrialização do país. Esse avanço foi acompanhado por três grandes ondas inflacionárias, resultantes, respectivamente: a) da "política de defesa do nível de emprego; b) da emergência do mercado interno como centro dinâmico principal e c) da ruptura da barreira constituída pela capacidade para importar ao processo de formação de capital" (Furtado, 2009 [1961], p. 207). Na primeira fase, "medidas de amparo ao setor exportador engendraram uma política de defesa do nível de emprego que resultou ser decisiva para a superação da estrutura tradicional" (*Ibidem*, p. 209). Na segunda, a adoção de medidas de controle quantitativo de importações, a partir de 1948, "vieram proporcionar uma proteção e favores ao setor industrial em escala nunca antes imaginada" embora esses incentivos tenham sido "administrados na ausência de plano

ou concepção de conjunto do desenvolvimento econômico". Como resultado, "os investimentos não se distribuíram com critério de complementaridade. Pior ainda: concentraram-se na razão inversa da essencialidade da indústria" (*Ibidem*, p. 221). Assim, ao mesmo tempo que a inflação estimulou o avanço industrial, a ausência de uma política econômica de desenvolvimento ampliou os desequilíbrios estruturais na indústria, o que resultou em aumento da pressão pela ampliação das importações, tanto para manter o ritmo de crescimento quanto para atender as indústrias já instaladas com insumos, matérias-primas e peças de manutenção.

O terceiro período, que vigorava no momento de (re)escrita do livro, teve como política orientadora uma solução conciliatória entre, de um lado, o avanço da substituição de importações e, de outro, a manutenção da capacidade produtiva já em funcionamento. A forte pressão inflacionária no período foi resultado da ausência recursos externos para financiamento e da crescente dependência de importações. A elevada inflação, que chegou "a extremos provocadores de grande desgaste social", contudo, "abriu o caminho à superação definitiva da barreira apresentada pela capacidade de importar à formação de capital" (Furtado, 2009 [1961], p. 213). Para Furtado, o impulso dado à substituição de importações nos setores de "produtos intermediários, inclusive combustíveis líquidos, e de equipamentos", ocorrido na segunda metade da década de 1950, foi capaz de "romper a barreira da capacidade para importar, encerrando a fase das pressões inflacionárias incontíveis" (*Idem*). Em consequência, o problema inflacionário parecia, em finais de 1960, próximo ao fim, o que não se confirmará nos anos seguintes.

Dessa forma, para Furtado, "nas condições em que se processou o desenvolvimento [...], a inflação resultou ser condição necessária da industrialização", ou seja, ela "não foi exterior ao processo de industrialização: serviu-lhe de instrumento na remoção de obstáculos" (Furtado, 2009 [1961], p. 217-222). Com isso, evidencia-se, uma vez mais, a interrelação entre os capítulos do livro, avançando e adensando as proposições. Nesse caso, a tese discutida no capítulo anterior, segundo a qual a inflação é decorrente de desequilíbrios estruturais é corroborada pela análise do caso brasileiro, complementando-se na conclusão de que "a causa

última da inflação não esteve no desenvolvimento, e sim na ausência de uma política autêntica de desenvolvimento” (*Ibidem*, p. 223).

Importa destacar que, conforme destacamos na introdução, a estrutura de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* é notoriamente diferente daquela de *A economia brasileira*. Se este se encerra com uma discussão teórica sobre a teoria do desenvolvimento econômico, o livro que viemos de analisar conclui com um estudo de caso sobre a inflação e industrialização no Brasil. Capítulo que, a um só tempo, reitera a importância da análise sobre os problemas da Industrialização por Substituição de Importações, quanto dialoga criticamente com as explicações correntes sobre a inflação nos países subdesenvolvidos, explicitando, uma vez mais, como o exame teórico e a análise da situação histórica está no cerne do método usado nesse livro.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento: síntese conceitual, análise histórica e formulação teórica do subdesenvolvimento

Após esse percurso, cabe retomar as principais questões levantadas ao longo do texto. A oscilação no tratamento do livro, entre a coletânea e a síntese pode ser explicada pela historicidade própria de alguns capítulos, que tiveram vida quase autônoma desde sua publicação, como foi o caso do capítulo dois. Todos, no entanto, trazem as marcas das condições de sua produção, momento histórico, político, econômico e são, também, peças de intervenção em debates econômicos. No entanto, essa historicidade não explica a totalidade orgânica em que se transformaram ao serem reunidos e reformulados. Nessa alquimia, tornaram-se balizadores da evolução do pensamento de Celso Furtado que, ao longo da década de 1950, cercou e interrogou a problemática do subdesenvolvimento de diversos ângulos, tais como: a problemática do desenvolvimento na teoria econômica, o mecanismo de desenvolvimento, a análise histórica dos fatores institucionais que favorecem ou impediram o surgimento e a continuidade do desenvolvimento.

Dessas especificidades, examinadas, pensadas e repensadas, emergiu uma nova definição de subdesenvolvimento, construída em decorrência da investigação histórica da origem das economias industriais, suas principais características, e da forma como enlaçaram as economias arcaicas em sua teia de produção e consumo.

Mas, compreender o subdesenvolvimento enquanto um processo histórico autônomo, resultado da interligação ao capitalismo industrial, não foi suficiente para explicar sua especificidade. Entre a descrição formal do mecanismo de desenvolvimento e a conceitualização histórica do fenômeno do subdesenvolvimento, restava ainda a análise concreta dos problemas típicos das economias subdesenvolvidas, o que foi feito pelo exame da tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e da inflação. Em todos esses passos, Furtado conciliou a mobilização da experiência histórica e a intervenção nas discussões do presente para romper as barreiras entre formulação teórica e exame do passado. É exatamente pela combinação orgânica desses dois elementos que podemos considerar esse livro como um desdobramento conceitual da análise do subdesenvolvimento sob o mesmo método de análise utilizado em *Formação econômica do Brasil*. Se neste, a experiência histórica brasileira serviu como caso concreto para a formação e reiteração no tempo de uma estrutura subdesenvolvida, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* avançou sobre a análise concreta brasileira e a ampliou para operacionalizar uma teoria do subdesenvolvimento, altamente sedimentada na experiência histórica latino-americana. Nesse livro, ademais, expôs de maneira mais clara seus procedimentos metodológicos em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* e essa discussão pode ser a chave para uma compreensão do livro como uma junção de teoria e análise histórica.

No prefácio, ao retomar sua própria trajetória, Celso Furtado destacou que a compreensão dos problemas típicos das economias subdesenvolvidas levou-o a “aproximar a análise econômica e o método histórico”, junção cujo resultado principal deveria ser a “identificação progressiva do que é específico de cada estrutura”, tendo como resultado final “uma tipologia das estruturas” (Furtado, 2009 [1961] p. 19). Ciente de que, no estudo do desenvolvimento,

as categorias abstratas da ciência econômica devem ser confrontadas pela realidade história dos países subdesenvolvidos, o propósito de quem investiga o subdesenvolvimento é “o estudo crítico, em confronto com uma realidade dada, das categorias básicas definidas pela análise abstrata” (*Ibidem*, p. 25). Apresentando essas premissas metodológicas no início do livro, Celso Furtado seguiu-as e operacionalizou-as ao longo do volume.

A análise histórica foi fundamental para desvelar as condicionantes do desenvolvimento. Para enfatizar os fatores institucionais que atuam na determinação do montante de investimentos no setor interno e sua capacidade de irradiação para o conjunto da economia, Furtado recuperou o conceito de excedente econômico e sua utilização pelos grupos sociais minoritários dentro de uma estrutura de dominação. A reutilização dessa categoria trouxe para a teoria econômica a dominação política e os sistemas sociais que não necessariamente se orientam segundo a racionalidade do *homo economicus*.

E foi a História que permitiu a releitura das transformações econômicas a partir da Revolução Industrial e demonstrou a peculiaridade da experiência inglesa de industrialização frente às outras economias que passaram por um processo de mecanização da produção ainda no século XIX. Ao singularizar o processo, refutou as teorias que postulavam que ele se repetiria em todos os países subdesenvolvidos, sendo uma questão de tempo até se chegar ao desenvolvimento. A concepção de subdesenvolvimento de Celso Furtado é radicalmente histórica, pois essas economias são inconcebíveis sem o processo de expansão capitalista que lhes deu origem e moldou-as como sistemas heterogêneos nos quais nem sempre o moderno se generaliza e absorve o arcaico. Nesse momento de seu livro, o autor já rompeu com as principais teorias do desenvolvimento econômico e avançou na incorporação da História para a explicação do fenômeno do subdesenvolvimento.

A segunda parte do livro pode ser considerada como a análise da dinâmica interna desse sistema subdesenvolvido, especialmente no que se refere à tendência ao desequilíbrio externo, às causas do processo inflacionário e da relação deste com a industrialização. Se na primeira parte de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* o desafio foi formular o problema

do subdesenvolvimento superando ou refutando as teorias existentes, a segunda parte, ao descrever o funcionamento das economias subdesenvolvidas, dialogava com as discussões sobre a política econômica no Brasil e na América Latina. A análise dos desafios do processo de substituição de importações, por si só, validava a inevitabilidade desse caminho, não cabendo mais um retorno ao passado agrário-exportador do subcontinente. Tratava-se de compreender as consequências desse processo, a tendência ao desequilíbrio externo e a inflação. Nessa análise, Celso Furtado, em consonância com a teoria estruturalista da inflação, demonstrou como a elevação do nível de preços não era causa do desequilíbrio, mas seu resultado. A solução viria com a internalização da produção de bens de capital, que finalmente reduziria as necessidades de importação, eliminando o desequilíbrio externo e sua manifestação monetária, a inflação.

Esse diagnóstico criticava as soluções para a economia latino-americana e brasileira que entendiam a expansão monetária como fator autônomo, decorrente de decisão política e cuja solução estaria na desvalorização cambial e no equilíbrio monetário. Se, nessa análise, Furtado filia-se a outros autores do subcontinente que propuseram a teoria estruturalista da inflação, o exame apresentado no último capítulo, colocando a inflação como um fenômeno que garantiu a elevada rentabilidade dos investimentos industriais e da substituição de importações depois de 1930 é uma marca originalíssima desde livro.

Reverendo as classificações dadas ao livro no início desse artigo, sua oscilação entre teoria e análise histórica, entre a coleção de ensaios e a obra de síntese, nos parece que a força do livro esteve justamente na mescla desses elementos, cuja novidade pode ter dado origem a interpretações divergentes sobre seu significado último. Muito mais que uma coleção de ensaios teóricos, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* é uma obra de síntese do pensamento de seu autor, de fechamento de sua concepção sobre o subdesenvolvimento e, também, junção acabada de teoria e história, derivando a análise da estrutura econômica de categorias formuladas após análise histórica, marca distintiva da obra de Celso Furtado.

Referências

- ANDRADA, A. F. *et al.* O Clube de Economistas e a Revista Econômica Brasileira (1955-1964): um episódio na história do desenvolvimentismo nacionalista no Brasil. *Estudos Econômicos*, v. 48, n. 4, p. 721-756, 2018.
- BIANCONI, Renata; COUTINHO, Mauricio C. O desenvolvimento como processo de mudança cultural: as conexões entre excedente e estruturas sociais na visão de Celso Furtado. *Nova Economia*, v. 29, p. 1141-1169, 2020.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOIANOVSKY, Mauro. A view from the tropics: Celso Furtado and the theory of economic development in the 1950s. *History of Political Economy*, v. 42, n. 2, p. 221-266, 2010.
- BOIANOVSKY, Mauro. Celso Furtado and the structuralist-monetarist debate on economic stabilization in Latin America. *History of Political Economy*, v. 44, n. 2, p. 277-330, 2012.
- BRAUDEL, Fernand. Histoire et sciences sociales: la longue durée. [1958]. In: *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1984.
- BYÉ, Maurice. Préface. In: FURTADO, Celso. *Développement et sous-développement*. Paris: PUF, 1966. (Col. Théoria).
- CHAUNU, P. Histoire quantitative ou histoire sérielle. *Cahiers Vilfredo Pareto*, v. 2, n. 3, p. 165-176, 1964.
- COUTINHO, Maurício C. A Economia Brasileira (1954), de Celso Furtado. *História e Economia Revista Interdisciplinar*, v. 18, n. 1, 2017.
- COUTINHO, Maurício C. Formação Econômica do Brasil. In: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Edição comemorativa 50 anos. Organização de

Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DEUTSCH, S. E. [Review of Development and Underdevelopment, by C. Furtado]. *The Sociological Quarterly*, v. 7, n. 1, p. 95-96, 1966.

DOBB Maurice. [Review of Development and Underdevelopment, by Celso Furtado]. *Economica*, v. 32, n. 128, p. 460-461, 1965. DOI: <https://doi.org/10.2307/2552775>.

FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Economia*, v. 6, n. 3, p. 7-45, 1952.

FURTADO, Celso. *A Economia Brasileira*. Contribuição à análise de seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. [1961].

FURTADO, Celso. *Développement et sous-développement*. Avant-propos de J.-R. Boudeville; préface de Maurice Byé. Paris: PUF, 1966. (Col. Théoria).

FURTADO, Celso. A fantasia organizada. In: *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1997a.

FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. In: *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1997b.

FURTADO, Celso. Aventuras de um economista brasileiro. In: *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1997c.

FURTADO, Celso. Os ares do mundo. In: *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Vol. 3. São Paulo: Paz e Terra 1997d.

FURTADO, Celso. *Diários Intermitentes*. (1937-2002). Organização e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FURTADO, Celso. *Correspondência Intelectual*. (1949-2004). Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

- MALLORQUÍN, Carlos. *Celso Furtado, um retrato intelectual*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- MAURO, Frédéric. Théorie économique et histoire économique. [1958]. In: *Des produits et des hommes: essais historiques latino-américains, XVIe -XXe siècles*. Paris: Éd. EHESS, 1972.
- MUELLER, H. G. [Review of *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, by C. Furtado]. *The American Economic Review*, v. 53, n. 3, p. 484-486, 1963.
- NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogerio Forastieri da. Para a historiografia da nova história. [Introdução]. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogerio Forastieri da (Orgs.). *Nova história em Perspectiva*. Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco. *A navegação venturosa*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ROMANO, Ruggiero. Prefácio. In: FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Edição comemorativa 50 anos. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SILVA, R. P. Frédéric Mauro e a escola dos Annales: da história econômica à "ciência econômica do passado". *História Econômica & História de Empresas*, v. 23, n. 1, p. 7-37, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.29182/hehe.v23i1.735>.
- SILVA, R. P. Celso Furtado e a Nova Economia Política: excedente econômico e transnacionalização de empresas na interpretação do capitalismo pós-nacional. *Anais do [...] Encontro Nacional de Economia*, 51^o. Rio de Janeiro: ANPEC, 2023. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2023/submissao/files_I/i1-e4efe7946f1539010219a8d870db2e39.pdf.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Celso Furtado. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 347-362, 2001.
- VILAR, Pierre. Para una mejor comprensión entre economistas e historiadores: historia cuantitativa o econometria retrospectiva? In: *Economía, Derecho, Historia*. Conceptos y realidades. Barcelona: Ariel, 1983.